

## SIMPÓSIO AT026

# POR UMA PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA NA PÓS-GRADUAÇÃO

DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler  
IFF – *Campus* Avançado Cambuci / NuPERF; UFF  
[jaqueline.dalia@iff.edu.br](mailto:jaqueline.dalia@iff.edu.br) / [jaquelinethurlerdalia@gmail.com](mailto:jaquelinethurlerdalia@gmail.com)

**Resumo:** A variação linguística é contemplada nos documentos norteadores do ensino de língua há muito tempo. Todavia, ainda se percebe uma prática pedagógica normativa, principalmente, quando se observa o processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Isso permite refletir sobre a influência da Sociolinguística na própria formação e, por consequência, na atuação dos docentes desse segmento. A partir de uma experiência enquanto professora e coordenadora de um curso de pós-graduação *lato sensu*, pretende-se ilustrar como a inclusão da Pedagogia da Variação na formação dos profissionais da educação pode influenciar em sua *práxis*, ou seja, no modo como eles veem e abordam o ensino de língua materna. A turma, alvo da investigação, era composta por 50% de professores que atuavam na Educação Infantil e/ou no Ensino Fundamental. A especialização que cursavam se baseava em uma concepção interdisciplinar e girava em torno da relação da língua(gem) com aspectos sócio-históricos. A disciplina que serviu de campo para as análises se denominava Língua, Cultura e Sociedade e debatia as mudanças e variações linguísticas na interface com a identidade de grupos sociais. Os dados foram analisados qualitativamente e indicaram que: a atitude pedagógica está permeada de preconceito linguístico; a escola pode ser veículo de propagação dessa violência simbólica; a inserção da Sociolinguística e/ou da Pedagogia da Variação nos currículos de formação de professores possibilitaria, enfim, uma docência crítica de Língua Portuguesa.

**Palavras-chave:** Pedagogia da Variação; Formação de Professores; Ensino de Língua.

**Abstract:** Linguistic variation is included in the guiding documents of language teaching for a long time. However, a normative pedagogical practice is still perceived, especially when the teaching-learning process is observed in the initial years of Elementary School. This allows us to reflect on the influence of Sociolinguistics on the training itself and, consequently, on the performance of the teachers in this segment. From an experience as a teacher and coordinator of a *lato sensu* postgraduate course, it is intended to illustrate how the inclusion of the Pedagogy of Variation in the training of education professionals can influence in their *praxis*, or in the way they view and approach mother-tongue teaching. The group consisted of 50% of teachers working in Early Childhood Education and Elementary Education. Their specialization was based on an interdisciplinary conception and revolved around the relation of language(gem) with socio-historical aspects. The discipline that served as a field for the analysis was denominated Language, Culture and Society and debated on the changes and linguistic variations in the interface with the identity of social groups. The statements were

analyzed qualitatively and indicated that: the pedagogical attitude is permeated by linguistic prejudice; the school can be a vehicle for the propagation of this symbolic violence; the insertion of Sociolinguistics and / or the Pedagogy of Variation in the teacher training curricula would enable, in short, a critical teaching of Portuguese Language.

**Keywords:** Pedagogy of Variation; Teacher training; Teaching of Language.

## Introdução

Os documentos oficiais de orientação educacional, já há bastante tempo, indicam a variação linguística como conceito e/ou conteúdo a ser considerado nas aulas de Língua Portuguesa em todos os anos do Ensino Básico. Uma rápida análise dessas orientações permitem perceber que a heterogeneidade da língua, assim como defendera Labov (2008) já na década de 60, é uma condição já bastante difundida nas teorias educacionais. Nos PCNs, destaca-se o seguinte objetivo no ensino do português: “refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua.” (BRASIL, 1998, p.58). Já as Orientações Curriculares Nacionais indicam que, no Ensino Médio, seria necessário considerar entre os conteúdos:

- o desenvolvimento da competência comunicativa vista como um conjunto de componentes linguísticos, sociolinguísticos e pragmáticos relacionados tanto ao conhecimento e habilidades necessários ao processamento da comunicação quanto à sua organização e acessibilidade, assim como sua relação com o uso em situações socioculturais reais, de maneira a permitir-lhe a interação efetiva com o outro; (BRASIL, 2006, p.151).

As Diretrizes Curriculares Nacionais abordam o tema, inclusive, na Educação Infantil, evidenciando que uma das diretrizes desse segmento seria “o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.” (BRASIL, 2013, p.98).

Mesmo que o país esteja passando por um momento de revisões de tais documentos, não se pode desprezar o lastro que eles já deveriam ter. Todavia, ainda se percebem, no cotidiano escolar, práticas extremamente normativas e prescritivas (TRAVAGLIA, 2006; UCHÔA, 2007). Situações como essas

permitem afirmar que, embora o ensino pautado no reconhecimento dos processos de variação e mudança seja, até agora, debatido e incentivado, ele, de fato, ainda vem encontrado dificuldades em sua efetivação. Ao não considerar a naturalidade da heterogeneidade da língua e propagar sua suposta homogeneidade, a escola acaba, assim, por reproduzir o senso comum, que: “costuma folclorizar a variação regional; demoniza a variação social e tende a interpretar as mudanças como sinais de deterioração da língua” (ZILLES e FARACO, p.7). Por consequência, as próprias instituições escolares acabam por fomentar atitudes, crenças e valores negativos em relação às variedades da língua e, assim, o preconceito àquelas consideradas não padrão.

Foi exatamente pensando em desconstruir esse paradigma no âmbito escolar que alguns linguistas passaram a se debruçar sobre teorias que pudessem aliar o conhecimento construído a partir da Sociolinguística às práticas pedagógicas. Surge, então, primeiramente, a Sociolinguística Educacional, pautado nos pressupostos da Pedagogia Culturalmente Sensível (BORTONI-RICARDO, 2004 e 2005), e, mais recentemente, a Pedagogia da Variação (ZILLES e FARACO, 2015). A primeira defendia “criar em sala de aula ambientes de aprendizagem onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos.” (BORTONI-RICARDO, 2005, p 128), mas, para isso seria necessária uma mudança de atitude da escola, na qual “a descrição das variáveis é uma etapa preliminar e importante.” (IDEM, p.130). A segunda pretende ademais integrar “o domínio das variedades ao domínio das práticas socioculturais de leitura, escrita e fala no espaço público” (ZILLES e FARACO, p.9) e construir “uma cultura escolar aberta à crítica da discriminação pela língua e preparada para combatê-la (...). Essa compreensão deve alcançar, em primeiro lugar, os próprios educadores e, em seguida, os educandos.” (ZILLES e FARACO, p.9).

É sobre essa perspectiva que este artigo se desenvolve. A partir de uma experiência enquanto professora e coordenadora de um curso de pós-graduação *lato sensu*, pretende-se ilustrar como a inclusão da Sociolinguística e da Pedagogia da Variação na formação dos profissionais da educação pode

influenciar em sua *práxis*, ou seja, no modo como veem e abordam o ensino de língua materna. A turma, alvo da investigação, era composta por 12 alunos. A especialização se baseava em uma concepção interdisciplinar e girava em torno da relação da língua(gem) com aspectos sócio-históricos. A disciplina que serviu de campo para as análises se denominava *Língua, Cultura e Sociedade* e debatia as mudanças e variações linguísticas na interface com a educação e a identidade de grupos sociais. Esse tema, para a maioria dos alunos, era novo e suscitou inúmeras ponderações sobre como eles próprios lidavam com o conflito entre a norma padrão e aquela dominada por seus discentes. Por meio da observação participante (GARCIA, 2003) e de questionários semiestruturados aplicados a esses alunos, foram recolhidos os dados que serão alvo aqui de uma análise qualitativa.

## 1. Desenvolvimento

A partir da observação realizada no cotidiano das aulas foi comum constatar que algumas temáticas caras à Sociolinguística pareciam novidade para os que ali estavam em formação acadêmica. Outrossim também era trivial o desconforto de alguns em relação ao tratamento e ao contato com a variação linguística. Diante disso, a primeira etapa da investigação foi traçar um panorama sobre a atuação profissional daqueles estudantes, já que se tinha uma noção prévia de que muitos eram professores. Foi necessário, então, mensurar essa observação e verificou-se que 75% da turma tinha experiência docente, mas somente 50% atuavam no momento da pesquisa. Apenas uma aluna atuava no 2º Segmento do Ensino Fundamental, os demais lecionavam para grupos de Educação Infantil (33%) e 1º Segmento do Ensino Fundamental (50%).

Era importante também averiguar a formação prévia desses alunos, com o intuito de compreender em que medida, no seu desenvolvimento profissional, eles foram expostos às reflexões sobre as variações da língua. De um modo geral, constatou-se que 92% deles tiveram alguma formação pedagógica em sua trajetória acadêmica, sendo ela em Nível Médio (Curso Normal) ou em Nível

Superior (Licenciaturas e Pedagogia). Portanto, de algum modo, o respeito à diversidade linguística já deveria ter sido alvo de ponderações em suas profissões. Diante da hipótese, procurou-se diagnosticar, então, quais deles já haviam tido contato com a Sociolinguística antes da Pós-Graduação que estavam cursando. Para cerca de 40% dos estudantes que participaram da pesquisa, a temática era uma novidade. Destes, 2/3 eram ou já haviam atuado como professores. A maioria (80%) daqueles que já haviam estudado tal disciplina, o fizeram na graduação. Cabe ressaltar que apenas 1 cursou Letras. Todavia, o que se percebia era que esse conhecimento era bastante incipiente e que alguns estigmas em relação à língua e ao seu ensino ainda estavam presentes. Isso pôde ser comprovado no depoimento dos alunos:

“...eu utilizava alguns conceitos defendidos pela sociolinguística. Mas não sabia o que de fato era...” (Estudante 1).

“Utilizava como um simples contexto, não fazia tanto sentido.” (Estudante 3).

“[Utilizava] sem saber especificamente o significado” (Estudante 4).

Já a Pedagogia da Variação, ou até a Sociolinguística Educacional, eram novidades para todos os alunos, mesmo os docentes. Assim, o cenário era de um grupo que, em sua maioria, já havia discutido sobre questões sociolinguísticas, mas isso parecia não garantir um domínio do conteúdo, nem uma mudança de atitude frente à concepção de língua e, muito menos, no caso dos professores, uma orientação pedagógica que permitisse o trabalho crítico com o vernáculo. Com isso, era preciso esclarecer, objetivamente, se os alunos consideravam, em sua prática profissional, conceitos da Sociolinguística. Quando trazidos a essa autoavaliação, 50% afirmaram não os considerar – todos professores. Em se constatando a formação e a atuação da maioria deles, era impossível não concluir que tal negligência traria consigo uma perspectiva de ensino, principalmente nos primeiros anos do Ensino Fundamental, focada na prescrição e na normatização. Tal fato refrata o ensino tradicional ainda corrente nas salas de aula, assim como, na década passada, colocaram Travaglia: “O ensino de gramática em nossas escolas tem sido primordialmente prescritivo, apegando-se a regras de gramática normativa que, como vimos, são estabelecidas de acordo com a tradição literária” (2006, p.101); e Uchôa:



“Tradicionalmente, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil esteve sempre mais voltado para os conteúdos gramaticais, até mesmo por razões históricas conhecidas, como a influência do Latim, de longa memória entre nós, com sua orientação essencialmente gramatical” (2007, p.16).

Nesse sentido, Azeredo advertira que: “Hoje, munidos dos esclarecimentos que a ciência da linguagem provê, sabemos que essa visão é equivocada, preconceituosa e redutora” (2007, p.32). Percebendo-se tal conjuntura, os alunos foram questionados se, após as discussões promovidas no curso, percebiam preconceito linguístico em sua prática profissional. 75% deles afirmaram que sim, como se percebe nas seguintes colocações:

“... [Havia preconceito] na maneira como cobrava do meu aluno, principalmente, uma fala ‘correta’.” (Estudante 4).

“Faltava compreensão com a variação regional.” (Estudante 5).

“...eu corrigia sem explicar que a língua possui suas variedades...” (Estudante 2).

“...me pegava pensando em como as pessoas falam ‘errado’...” (Estudante 3).

O mais agravante é que essa porcentagem é formada por 2/3 de professores. O resultado leva à confirmação de que, na verdade, a estigmatização encontrada no processo de ensino-aprendizagem, e por consequência na sociedade como um todo, é reproduzido pelo próprio sistema escolar, uma vez que metade dos alunos da Pós-Graduação também já foi vítima de preconceito linguístico e que este aconteceu na escola, por parte tanto de professores como de colegas. Bagno chama esse processo de *círculo vicioso do preconceito linguístico*, que se forma pela união de três elementos: “a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos” (2013, p.93). A eles se juntaria um quarto elemento, denominado *comandos paragramaticais*, que seriam: ‘livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, ‘consultórios gramaticais’ por telefone e por aí afora...” (IDEM, p.97).

Parece óbvio que a escola quando, como aparelho ideológico, assume a condição de promotora do preconceito e da estigmatização, comporta-se, segundo outrora colocou Bourdieu, como reprodutora das estruturas sociais. Assim, reproduzindo a agressão simbólica que sofreram, “os docentes constituem os produtos mais acabados do sistema de produção que eles são,

entre outras coisas, encarregados de reproduzir” (BOURDIEU e PASSERON, 1992, p. 206). É necessário, pois, romper com o círculo vicioso e interromper a propagação da violência linguística, mas, para isso, é preciso antes reconhecê-la. Essa consciência sobre as próprias práticas e sobre as trajetórias acadêmicas a respeito do uso da língua só vieram à tona, para o grupo, com os debates promovidos pela disciplina *Língua, Cultura e Sociedade* acerca da Sociolinguística e da Pedagogia da Variação. Todos os alunos, durante as aulas e nas apresentações de seminários, declaravam estar fazendo uma avaliação e uma revisão de condutas, o que foi comprovado pelo questionário aplicado, pois 100% deles afirmaram estar repensando, principalmente, sua prática profissional.

### Considerações finais

A partir dos dados recolhidos por meio dos questionários e da observação participante, pode-se perceber que a atitude pedagógica no ensino de língua materna ainda está permeada de preconceito linguístico. Este, por sua vez, parece ser propagado pela própria escola, que pode funcionar como veículo de reprodução dessa violência simbólica. Mesmo que as orientações pedagógicas, os livros didáticos e a ciência já venham há bastante tempo divulgando o trabalho com a variação e a identidade, a mudança na prática pedagógica tem sido lenta.

Levando em conta que o ensino de Língua Portuguesa não cabe apenas aos egressos de Letras e que, principalmente no primeiro segmento do Ensino Fundamental, tal papel é exercido por professores com Curso Normal e Pedagogia, seria prudente incluir as discussões da Sociolinguística Educacional e da Pedagogia da Variação também nesses cursos. A inclusão já seria um grande avanço e possibilitaria uma docência crítica, um ensino sensível e emancipador de Língua Portuguesa.

Ademais, assim como previra Bortoni-Ricardo (2005), apenas as discussões sobre a variação não são suficientes para uma mudança no sistema. Como a própria pesquisa apontou, a maior parte dos professores já teve contato

com o assunto e isso não transformou atitudes. É necessário que o quadro sociolinguístico do Brasil seja descrito e difundido. Assim, ele pode servir de base para uma real reflexão pedagógica que tenha como norte o respeito à diversidade e à identidade linguística. Por fim, a descrição e a divulgação do português brasileiro fariam das salas de aula do Ensino Básico, ao mesmo tempo, um laboratório e um propulsor das ciências da língua(gem).

### Referências bibliográficas

- AZEREDO, L. C. **Ensino de português: fundamentos, percursos, objetivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2007.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental \_ Língua Portuguesa**. Volume: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 1997.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias \_ Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEB, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós *cheguemo* na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BOURDIEU, P. E PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1992.
- GARCIA, R. L. **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. São Paulo: Cortez, 2006.
- UCHÔA, C. E. F. **O ensino de gramática: caminhos e descaminhos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- ZILLES, A. M. S. e FARACO, C. A. **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.